

# O ataque é a lei

9 JUL 1988

**LUIZ CLÁUDIO CUNHA**

**BRASÍLIA** — O governo venceu a dura batalha da política e agora, com menos fôlego, prepara-se para a dura guerra da economia. O mandato e o regime já foram assegurados pelo Legislativo, mas o que preocupa o Palácio do Planalto, daqui para a frente, é a justiça cega e surda de seu vizinho na Praça dos Três Poderes: O Supremo Tribunal Federal (STF). Na visão de alguns dos mais influentes assessores do presidente José Sarney, aqui e na China, os magistrados parecem mais preocupados com o bolso do funcionalismo do que com os cofres da Nação. Um depende do outro e o problema é que, apesar da lei, o governo não tem como pagar. Na instância do TST (Tribunal Superior do Trabalho), a política econômica oficial vem encontrando um sério obstáculo na dura posição do presidente da entidade, Marcelo Pimentel, cada vez mais congelado na simpatia do Planalto. Isso levou o governo a tentar diretamente no STF uma "avocatória", instrumento pelo qual todos os processos contra o congelamento da URP passariam diretamente para o STF.

O procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Perence, está desistindo da idéia da avocatória, que tropeça no receso de julho dos tribunais e na lentidão de sempre dos tribunais. Mas a explicação não é só essa. O Planalto se convence, cada vez

mais, da inutilidade da briga no STF: "A Justiça não está ajudando", lamentava-se ontem um dos auxiliares mais próximos de Sarney. Num momento delicado em que o exemplo é essencial, cita-se com frequência no governo o caso de Rondônia, onde um desembargador está ganhando um salário de Cz\$ 1,2 milhão. E a má vontade é recíproca, na semana passada, um ministro do Tribunal Federal de Recursos (TFR) queixava-se: "O maior infrator da lei, neste país, não é o cidadão; é o governo". E lembrava o fato de que 80% das causas julgadas no TFR são contra a União, metade delas referente à Previdência.

Sem esperança no perdão no segundo turno da Constituinte para a anistia, e sem ver saídas na Justiça cega do Supremo, o governo trata de caminhar sobre o fio da navalha da inflação. Ele parou de subir, mas também não deve descer. Na Septan (Secretaria do Planejamento), com o devido recato, a equipe do ministro João Batista de Abreu prepara a "operação-desmonte", que vai repassar aos estados e municípios tudo aquilo que a Constituinte repartiu da Receita Federal. Esta operação implica a implosão de algumas pérolas da burocracia da União. Com tantos inimigos lá fora e ali ao lado, o governo, em silêncio, se prepara para atacar os adversários de dentro. Essa é a lei.

Luiz Cláudio Cunha é diretor da Sucursal do Estado em Brasília.